

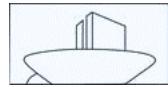


MEDIDA PROVISÓRIA Nº 726, DE 2016

NOTA DESCRIPTIVA

JUNHO/2016





© 2016 Câmara dos Deputados.

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados(as) o(a) autor(a) e a Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados.

Este trabalho é de inteira responsabilidade de seu(sua) autor(a), não representando necessariamente a opinião da Câmara dos Deputados.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 726, DE 2016

***Alexandre Peixoto de Melo e
Ednilton Andrade Pires***

Consultores Legislativos da Área VIII
Administração Pública, Direito Administrativo

A Medida Provisória 726, de 12 de maio de 2016, altera e revoga dispositivos da Lei 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. Seu texto foi inicialmente publicado em edição extra do Diário Oficial da União - DOU de 12 de maio de 2016, e posteriormente retificado, também em edição extra do DOU, em 19 de maio de 2016.

A MP 726/16 modifica a estrutura da Alta Administração do Poder Executivo Federal, iniciando pela extinção de diversos órgãos integrantes da estrutura da Presidência da República, quais sejam a Secretaria de Portos, Secretaria de Aviação Civil, a Controladoria-Geral da União, a Casa Militar e a Secretaria de Comunicação Social.

São também extintos o Ministério da Cultura, o Ministério das Comunicações, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos e, ao mesmo tempo, são criados o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle e o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

São transferidas as competências e as entidades e órgãos supervisionados dos órgãos extintos na estrutura da Presidência da República da seguinte forma:

1) da Secretaria de Aviação Civil e da Secretaria de Portos da Presidência da República para o Ministério dos Transportes, que é transformado em Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil;

2) da Controladoria-Geral da União para o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle;

3) da Casa Militar para o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

4) da Secretaria de Comunicação Social para a Casa Civil da Presidência da República.

Quanto aos Ministérios extintos, suas competências e entidades e órgãos supervisionados são assim transferidos:

1) do Ministério da Cultura para o Ministério da Educação, que é transformado em Ministério da Educação e Cultura;

2) do Ministério das Comunicações para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, então transformado em Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

3) do Ministério do Desenvolvimento Agrário para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que é transformado em Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário;

4) do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos para o Ministério da Justiça, então transformado em Ministério da Justiça e Cidadania, ressalvadas as competências sobre políticas para a juventude, que são cometidas à Secretaria de Governo da Presidência da República.

São também transformados o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior em Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; o Ministério do Trabalho e Previdência Social em Ministério do Trabalho; e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Como consequência das modificações implementadas na estrutura orgânica da Alta Administração, a MP extingue, cria e transforma os cargos de Ministro, Secretário-Executivo e Secretário Especial correspondentes. Ressalte-se,

ainda, a criação dos cargos de natureza especial de Secretário Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, e de Secretário Especial Nacional da Cultura do Ministério da Educação e Cultura, bem como a transferência, da Secretaria de Governo para a Casa Civil da Presidência da República, do cargo de natureza especial de Secretário Especial da Micro e Pequena Empresa.

Além dos já citados, e mantidos os demais órgãos e entidades supervisionadas que lhes componham a estrutura organizacional ou que lhes estejam vinculados, são transferidos para:

- 1) a Presidência da República, a Câmara de Comércio Exterior - CAMEX;
- 2) o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, o Instituto Nacional da Tecnologia da Informação - ITI;
- 3) o Ministério da Defesa, o Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia - CONSIPAM;
- 4) o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, o Conselho de Recursos da Previdência Social, que passa a se chamar Conselho de Recursos do Seguro Social, e o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;
- 5) o Ministério da Fazenda, Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, o Conselho Nacional de Previdência Complementar, a Câmara de Recursos da Previdência Complementar, o Conselho Nacional de Previdência Social e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev, que passam a se chamar, respectivamente, Conselho Nacional de Previdência e Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev;
- 6) o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES;

7) o Ministério das Relações Exteriores, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos - Apex.

A MP 726/16 determina que o acervo patrimonial e o quadro de servidores efetivos dos órgãos e entidades extintos, transformados, transferidos, incorporados ou desmembrados sejam transferidos aos órgãos que absorverem as suas competências, bem como os respectivos direitos, créditos e obrigações decorrentes de lei, atos administrativos ou contratos, inclusive as receitas e despesas.

Quanto às dotações orçamentárias, fica definido que o Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, aquelas aprovadas na Lei Orçamentária de 2016 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso e de resultado primário.

Já quanto aos cargos inerentes aos órgãos comuns, quais sejam a Secretaria-Executiva, o Gabinete do Ministro e a Consultoria Jurídica, a MP determina que sejam suprimidos quando da publicação dos decretos das estruturas regimentais dos órgãos que incorporarem as respectivas competências.

Assim, a MP transfere aos órgãos que recebam as atribuições correspondentes e a seus titulares as competências e as incumbências, estabelecidas em lei, dos órgãos transformados e de seus titulares, tenham sido eles transferidos ou extintos.

Ressalte-se, das alterações efetuadas na Lei 10.683/03 para ajuste das áreas de competência da Presidência da República e dos Ministérios e respectivos órgãos específicos de sua estrutura básica, além das modificações já citadas, o retorno do Conselho Nacional de Juventude e da Secretaria Nacional de Juventude à

estrutura da Secretaria de Governo da Presidência da República, assim como a vinculação da Agência Brasileira de Inteligência - Abin ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Adicionalmente, com as modificações implementadas, serão considerados Ministros de Estado, além dos titulares dos Ministérios, o Chefe da Casa Civil, o da Secretaria de Governo e o do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. A MP dispõe também que são considerados Ministros de Estado o Advogado-Geral da União e o Presidente do Banco Central do Brasil, porém esses só até que seja aprovada emenda constitucional para incluí-los, juntamente com os diretores do Banco Central do Brasil, no rol das alíneas c e d do inciso I do caput do art. 102 da Constituição.

A MP 726/16 estabelece algumas regras transitórias, a saber:

1) a criação, a extinção, a transformação, a transferência, a incorporação ou o desmembramento de órgãos ou unidades administrativas integrantes das entidades e dos órgãos ocorrerá mediante a edição de decreto, desde que não implique aumento de despesa, que também disporá sobre a estrutura regimental e a distribuição do pessoal e de cargos ou funções no âmbito do órgão ou da unidade administrativa;

2) enquanto não forem publicados os decretos de estrutura regimental dos Ministérios que absorverão as competências dos órgãos extintos, as estruturas remanescentes ficarão subordinadas aos Ministros de Estado titulares dos órgãos que irão assumir as respectivas competências;

3) a estrutura organizacional dos órgãos extintos e transformados, assim como as entidades que lhes sejam vinculadas, integrarão os órgãos resultantes das transformações ou daqueles que absorveram as respectivas competências, bem como serão mantidas as gratificações devidas em virtude de exercício nos órgãos transformados ou extintos;



4) os servidores, os militares e os empregados em exercício no Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil ou no Ministério da Justiça e Cidadania requisitados para a Secretaria de Aviação Civil da Presidência, para a Secretaria de Portos da Presidência da República ou para o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, terão assegurados todos os direitos e vantagens a que façam jus no órgão ou entidade de origem, considerando-se o período de requisição, para todos os efeitos da vida funcional, como efetivo exercício no cargo ou emprego que ocupe no órgão ou entidade de origem;

5) a vigência da MP, quanto à alteração das estruturas dos órgãos abrangidos, se dará a partir da data de entrada em vigor dos respectivos decretos de estrutura regimental, e quanto às transformações, às extinções de cargos, às alterações de supervisão ministerial de entidades e às demais disposições, assim como quanto à competência do Ministério da Fazenda sobre Previdência e Previdência Complementar, será imediata.

Por fim, a MP 726/16 revoga dispositivos da Lei 10.683/03 relacionados aos ajustes efetuados e a Medida Provisória 717, de 2016, que criou o cargo de Ministro de Estado Chefe do Gabinete Pessoal do Presidente da República.

Segundo a justificativa encaminhada junto à MP, sua urgência e relevância estão relacionadas à necessidade de reorganizar a estrutura da administração pública federal direta, notadamente de seus Ministérios e dos órgãos que integram a Presidência da República, para recombinar competências e atribuições de modo a propiciar melhor organicidade e eficiência às atividades, conferindo mais racionalidade e eficácia à atuação da estrutura da administração, bem como reduzindo o número de unidades administrativas e criando condições para a diminuição das despesas públicas.

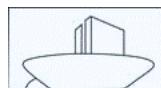
Foram apresentadas à Comissão Mista 459 emendas à Medida Provisória 726, de 2016, as quais estão descritas no Quadro de Emendas integrante do Anexo a esta Nota Descritiva.

ANEXO
Nota Descritiva à Medida Provisória 726, de 2016
QUADRO DE EMENDAS

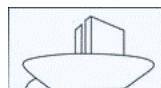
Nº	Autor	Descrição da Emenda
1	Senador José Pimentel	Propõe: 1) a supressão dos dispositivos que criam e estruturam o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle; 2) o retorno da Controladoria-Geral da União.
2	Senador José Pimentel	Propõe a recriação do Ministério da Previdência Social, porém apresenta erro formal, uma vez que tenta restabelecer dispositivos revogados pela Lei nº 13.266/16 (inciso XVIII dos arts. 25, 27 e 29 da Lei nº 10.683/03) e faz referência errada ao “inciso V do art. 25” da Lei nº 10683/03, quando o certo seria “inciso V do art. 27”.
3	Deputado Tampinha	Propõe retorno da supervisão da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos – APEX para o Ministério da Indústria, Comércio e Serviços (antigo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior).
4	Deputado Pepe Vargas	Propõe o retorno do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.
5	Deputado Pepe Vargas	Propõe manter a anterior estrutura e as funções do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
6	Senador José Pimentel	Propõe a recriação do Ministério da Previdência Social, porém apresenta erro formal, uma vez que tenta restabelecer dispositivos revogados pela Lei nº 13.266/16 (inciso XVIII dos arts. 25, 27 e 29 da Lei nº 10.683/03). Corrigiu referência errada que a Emenda nº 2, do mesmo Autor, fez ao art. 25 da Lei nº 10.683/03.
7	Deputado Giacobo	Propõe medida para reduzir a conta de energia elétrica de consumidores finais instalados na área de atuação da SUDENE.
8	Senador Romário	Propõe a inclusão da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência na estrutura básica do Ministério da Justiça e Cidadania.
9	Deputada Mara Gabrili	Propõe a inclusão da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, na estrutura básica do Ministério da Justiça e Cidadania.
10	Deputado Odorico Monteiro	Propõe a inclusão da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, na estrutura básica do Ministério da Justiça e Cidadania.
11	Deputado Arnaldo Faria de Sá	Propõe nova redação para o art. 2º da Lei nº 10.876/04, que dispõe sobre as competências exclusivas do Perito-Médico da Previdência Social, revogando o seu inciso V (supervisão da perícia médica de que trata o § 5º do art. 60 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991).
12	Deputado Arnaldo Faria de Sá	Propõe a transferência do INSS para o Ministério da Fazenda. A MP 726/16 havia transferido esse órgão para o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.



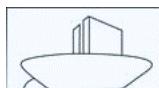
13	Deputado Arnaldo Faria de Sá	Propõe alteração da Lei nº 8.213/91, suprimindo dispositivos que tratam da perícia médica relacionada à concessão do auxílio-doença.
14	Deputado Paulo Pereira da Silva	Propõe a recriação do Ministério do Trabalho e Previdência Social.
15	Deputado Nilto Tatto	Propõe o retorno do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
16	Deputado Nilto Tatto	Propõe a transferência da competência de “delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como a determinação de suas demarcações, que serão homologadas mediante decreto” do Ministério da Educação e Cultura para o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.
17	Senador Walter Pinheiro	Propõe alteração do art. 92 da Lei nº 8.112, de 1990, para assegurar a licença para o exercício de mandato classista para servidores, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo.
18	Senador Walter Pinheiro	Propõe percentuais de cargos em comissão da Administração Pública Federal a serem preenchidos por servidores de carreira, titulares de cargos efetivos.
19	Senador Walter Pinheiro	Propõe que os ministérios que tenham absorvido órgãos ou competências de órgãos extintos/transformados possam requisitar servidores da Administração Federal direta ou indireta para ter exercício nas unidades que tenham absorvido aquelas competências, independentemente da função a ser exercida.
20	Senador Walter Pinheiro	Propõe nova competência para o Ministério da Justiça e Cidadania: “coordenação da política nacional de direitos humanos...”.
21	Senador Walter Pinheiro	Propõe a inclusão da Secretaria Especial da Pesca e Aquicultura na estrutura básica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com a competência de subsidiar a formulação da política nacional para a pesca e aquicultura.
22	Senador Walter Pinheiro	Objetiva manter o Ministério do Desenvolvimento Agrário como ministério autônomo.
23	Senador Walter Pinheiro	Propõe supressão dos dispositivos que transferiram a supervisão da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos – APEX para o Ministério das Relações Exteriores e a Câmara de Comércio Exterior – CAMEX para a Presidência da República, por entender que envolvem matéria a ser tratada em decreto e não em lei.
24	Senador Walter Pinheiro	Propõe: 1) a supressão dos dispositivos que criam e estruturam o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle; 2) o retorno da Controladoria-Geral da União.
25	Senador Walter Pinheiro	Propõe o retorno do Ministério da Cultura.
26	Senador Walter Pinheiro	Propõe o retorno do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.
27	Senador Walter Pinheiro	Propõe a recriação do Ministério da Previdência Social, porém apresenta erro formal, uma vez que tenta restabelecer dispositivos revogados pela Lei nº 13.266/16 (inciso XVIII dos arts. 25, 27 e 29 da Lei nº 10.683/03) e faz referência errada



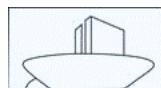
		ao “inciso V do art. 25” da Lei nº 10683/03, quando o certo seria “inciso V do art. 27”.
28	Senador Walter Pinheiro	Propõe a transferência da competência relativa à política de apoio à microempresa, à empresa de porte e ao artesanato, da Secretaria de Governo da Presidência da República para o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Parece tratar-se de transferência equivocada, uma vez que, segundo a justificativa, a intenção do autor da emenda seria a transferência para o Ministério da Indústria, Comércio e Serviços. A referência ao “inciso IX do § 2º do art. 3º da Lei nº 10.683/03” também parece equivocada, pois destoa da justificativa.
29	Senador Walter Pinheiro	Propõe a transferência da competência relativa ao gerenciamento de crises, em caso de grave e iminente ameaça à estabilidade institucional, da Secretaria de Governo para o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; e a supressão da coordenação das atividades de inteligência federal da Secretaria de Governo.
30	Senador Walter Pinheiro	Propõe nova redação para o dispositivo que dispõe sobre as atribuições do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. A MP 726/16 cometeu um equívoco, repetindo para esse Ministério as mesmas competências do Ministério da Indústria, Comércio e Serviços, porém, em edição retificada da referida MP (publicada em 19/05/16), o equívoco foi reparado.
31	Senador Walter Pinheiro	Propõe o retorno do Ministério das Comunicações, desincorporando-o do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.
32	Deputado Benito Gama	Propõe o retorno do Instituto Nacional da Tecnologia da Informação – INTI, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para a Casa Civil da Presidência da República.
33	Senador Antonio Carlos Valadares	Propõe a retirada da Defensoria Pública da União da estrutura básica do Ministério da Justiça e Cidadania.
34	Deputado Arnaldo Faria de Sá	Propõe a transferência do INSS para o Ministério da Fazenda. A MP 726/16 havia transferido esse órgão para o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.
35	Deputado Arnaldo Faria de Sá	Propõe a recriação do Ministério da Previdência Social.
36	Senador Armando Monteiro	Propõe incluir o termo “Exterior” na denominação do “Ministério da Indústria, Comércio e Serviços”, passando a ser o denominado “Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços”, com o objetivo de melhor refletir suas competências legais.
37	Senador Armando Monteiro	Propõe a alocação da Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior na estrutura básica da Casa Civil.
38	Senador Armando Monteiro	Propõe a inserção da expressão “Exterior” na denominação do Ministério da Indústria, Comércio e Serviços passando a ser “Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços”; e a alocação da Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio



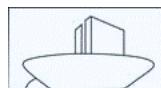
		Exterior na estrutura básica do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, anteriormente alocada no Ministério das Relações Exteriores.
39	Senador Armando Monteiro	Propõe transferir as competências e as entidades supervisionadas da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República para o Ministério de Indústria, Comercio e Serviços.
40	Deputado Milton Monti	Propõe excluir da sabatina do Senado Federal as indicações dos nomes para as Diretorias do Departamento Nacional de Infraestrutura Terrestre – DNIT.
41	Deputado Pedro Uczai	Propõe a revogação de todos os artigos da MP 726.
42	Deputado Pedro Uczai	Propõe o retorno do Ministério da Cultura.
43	Deputado Pedro Uczai	Propõe o retorno do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.
44	Deputado Pedro Uczai	Propõe: 1) a supressão dos dispositivos que criam e estruturam o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle; 2) o retorno da Controladoria-Geral da União.
45	Deputado Pedro Uczai	Propõe o retorno do Ministério do Desenvolvimento Agrário e, possivelmente por um equívoco, propõe também o retorno da denominação “Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão”, uma vez que suprime, ao invés do inciso VI, o inciso VII do art. 2º da MP 726/16.
46	Deputado Alessandro Molon	Propõe o retorno do Ministério da Cultura.
47	Deputado Alessandro Molon	Propõe: 1) a supressão dos dispositivos que criam e estruturam o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle; 2) o retorno da Controladoria-Geral da União.
48	Deputado Orlando Silva	Propõe o a manutenção do status de Ministro de Estado para o Advogado-geral da União, em caráter permanente.
49	Deputado Orlando Silva	Propõe o retorno do Ministério da Cultura.
50	Deputado Alessandro Molon	Propõe a supressão de incisos que revogam dispositivos que tratam da competência da CGU e da estrutura básica dos extintos Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.
51	Deputado Chico D'Angelo	Propõe o retorno do Ministério da Cultura.
52	Deputado Alessandro Molon	Propõe o retorno do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.
53	Deputado Pedro Uczai	Propõe o retorno do Ministério do Desenvolvimento Agrário e, possivelmente por um equívoco, propõe também o retorno da denominação “Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão”, uma vez que suprime, ao invés do inciso VI, o inciso VII do art. 2º da MP 726/16.
54	Deputado Heitor Schuch	Propõe o retorno do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
55	Deputada Alice Portugal	Propõe o retorno do Ministério do Trabalho e Previdência Social.
56	Deputada Alice Portugal	Propõe o retorno do Ministério do Trabalho e Previdência Social.
57	Senador Randolfe Rodrigues	Propõe o retorno do Ministério da Cultura.



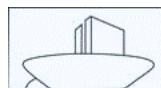
58	Senador Randolfe Rodrigues	Propõe a substituição, na MPV nº 726/16, de todas as expressões “Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle” por “Controladoria-Geral da União”.
59	Deputado Elvino Bohn Gass	Propõe o retorno do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
60	Deputado Elvino Bohn Gass	Propõe a supressão da expressão “e Agrário” da denominação do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.
61	Deputado Elvino Bohn Gass	Propõe a inserção de dispositivo contendo as atribuições do Ministério do Desenvolvimento Agrário, cuja denominação decorre de outras emendas apresentadas pelo mesmo parlamentar.
62	Deputado Elvino Bohn Gass	Propõe o retorno do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
63	Deputado Elvino Bohn Gass	Propõe supressão dos dispositivos que dispõem sobre as atribuições do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. A MP 726/16 cometeu um equívoco, repetindo para esse Ministério as mesmas competências do Ministério da Indústria, Comércio e Serviços, porém, em edição retificada da referida MP (publicada em 19/05/16), o equívoco foi reparado.
64	Deputado Elvino Bohn Gass	Propõe a supressão da expressão “e Agrário” da denominação do cargo de Natureza Especial de Secretário-Executivo do Desenvolvimento Social e Agrário.
65	Deputado Elvino Bohn Gass	Propõe a supressão da expressão “e Agrário” da denominação do cargo de Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Agrário.
66	Deputado Elvino Bohn Gass	Propõe a supressão do dispositivo que transfere os órgãos e as entidades supervisionadas no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário para o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.
67	Deputado Elvino Bohn Gass	Propõe o retorno do cargo de Ministro do Desenvolvimento Agrário.
68	Deputado Elvino Bohn Gass	Propõe o retorno do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
69	Deputado Elvino Bohn Gass	Propõe a alteração da nova denominação do “Ministério do Trabalho” para “Ministério do Trabalho e Previdência Social”.
70	Deputado Elvino Bohn Gass	Propõe nova redação para o dispositivo que dispõe sobre as atribuições do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. A MP 726/16 cometeu um equívoco, repetindo para esse Ministério as mesmas competências do Ministério da Indústria, Comércio e Serviços, porém, em edição retificada da referida MP (publicada em 19/05/16), o equívoco foi reparado.
71	Deputado Elvino Bohn Gass	Propõe a supressão da expressão “e Agrário” da denominação do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.
72	Deputado Elvino Bohn Gass	Propõe a supressão do dispositivo que transforma o Ministério do Trabalho e Previdência Social em Ministério do Trabalho.



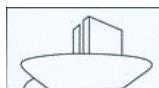
73	Deputado Elvino Bohn Gass	Propõe a supressão do dispositivo que transforma o cargo de Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social em Ministro de Estado do Trabalho.
74	Deputado Elvino Bohn Gass	Propõe a retirada das atribuições que a MP 726/16 concedeu ao Ministério da Fazenda relativas à Previdência Social.
75	Deputado Elvino Bohn Gass	Propõe o retorno ao Ministério do Trabalho e Previdência Social das atribuições relativas à Previdência Social, que foram transferidas pela MP 726/16 para o Ministério da Fazenda.
76	Deputado Elvino Bohn Gass	Propõe a retirada do Conselho Nacional de Previdência Complementar, da Câmara de Recursos da Previdência Complementar e do Conselho Nacional de Previdência, o Conselho de Recursos da Previdência da estrutura básica do Ministério da Fazenda.
77	Deputado Elvino Bohn Gass	Propõe a inclusão do Conselho Nacional de Previdência Social, do Conselho de Recursos da Previdência Social e do Conselho Nacional de Previdência Complementar na estrutura básica do Ministério do Trabalho e Previdência Social.
78	Deputado Elvino Bohn Gass	Propõe a supressão de dispositivos da MP 726/16 que transferem o INSS para o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário; e a PREVIC, o Conselho Nacional de Previdência Complementar, a Câmara de Recursos da Previdência Complementar, o Conselho Nacional de Previdência Social, o Conselho de Recursos da Previdência Social e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – Dataprev para o Ministério da Fazenda.
79	Deputado Elvino Bohn Gass	Propõe a restauração do inciso VIII do art. 29 da Lei nº 10.683/03, que trata da estrutura básica do Ministério do Desenvolvimento Agrário, revogado pela MP 726/16.
80	Deputado Elvino Bohn Gass	Propõe o retorno do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
81	Deputado Elvino Bohn Gass	Propõe a supressão da expressão “e Agrário” da denominação do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.
82	Deputado João Daniel	Propõe o retorno do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
83	Deputado João Daniel	Propõe o retorno do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
84	Deputado João Daniel	Propõe a transformação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em Ministério do Desenvolvimento Social.
85	Deputado João Daniel	Propõe a supressão do dispositivo que transferiu as competências do Ministério do Desenvolvimento Agrário para o Ministério Desenvolvimento social e Agrário.
86	Deputado João Daniel	Propõe o retorno do cargo de Ministro do Desenvolvimento Agrário.
87	Deputado João Daniel	Propõe a supressão da expressão “e Agrário” da denominação do cargo de Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Agrário.



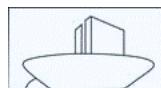
88	Deputado João Daniel	Propõe a supressão da expressão “e Agrário” da denominação do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.
89	Deputado João Daniel	Propõe a supressão do dispositivo que transfere os órgãos e as entidades supervisionadas no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário para o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.
90	Deputado João Daniel	Propõe o retorno do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
91	Deputado João Daniel	Propõe alteração da denominação do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário para Ministério do Desenvolvimento Social visando separá-lo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (cuja denominação decorre de outras emendas apresentadas pelo mesmo parlamentar)
92	Deputado João Daniel	Propõe a supressão da expressão “e Agrário” da denominação do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.
93	Deputado João Daniel	Propõe supressão dos dispositivos que dispõem sobre as atribuições do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. A MP 726/16 cometeu um equívoco, repetindo para esse Ministério as mesmas competências do Ministério da Indústria, Comércio e Serviços, porém, em edição retificada da referida MP (publicada em 19/05/16), o equívoco foi reparado.
94	Deputado João Daniel	Propõe supressão do dispositivo que revoga o inciso VIII do art. 29 da Lei nº 10.683/03, que dispõe sobre a estrutura básica do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
95	Deputado João Daniel	Propõe a transferência da competência de “delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como a determinação de suas demarcações, que serão homologadas mediante decreto” do Ministério da Educação e Cultura para o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.
96	Deputado João Daniel	Propõe a inserção de dispositivo contendo as atribuições do Ministério do Desenvolvimento Agrário, cuja denominação decorre de outras emendas apresentadas pelo mesmo parlamentar.
97	Deputado João Daniel	Propõe nova redação para o dispositivo que dispõe sobre as atribuições do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. A MP 726/16 cometeu um equívoco, repetindo para esse Ministério as mesmas competências do Ministério da Indústria, Comércio e Serviços, porém, em edição retificada da referida MP (publicada em 19/05/16), o equívoco foi reparado; ao mesmo tempo, retira da denominação daquele Ministério a expressão “e Agrário”
98	Deputado Marcon	Propõe a supressão do dispositivo que transferiu as competências do Ministério do Desenvolvimento Agrário para o Ministério Desenvolvimento social e Agrário.
99	Deputado Marcon	Propõe a supressão do dispositivo que extinguiu o cargo de Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário.
100	Deputado Marcon	Propõe o retorno do Ministério do Desenvolvimento Agrário.



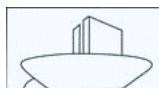
101	Deputado Marcon	Propõe a supressão do dispositivo que transfere os órgãos e as entidades supervisionadas no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário para o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.
102	Deputado Marcon	Propõe o retorno do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
103	Deputado Marcon	Propõe supressão dos dispositivos que dispõem sobre as atribuições do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. A MP 726/16 cometeu um equívoco, repetindo para esse Ministério as mesmas competências do Ministério da Indústria, Comércio e Serviços, porém, em edição retificada da referida MP (publicada em 19/05/16), o equívoco foi reparado.
104	Deputado Marcon	Propõe a restauração do inciso VIII do art. 29 da Lei nº 10.683/03, que trata da estrutura básica do Ministério do Desenvolvimento Agrário, revogado pela MP 726/16.
105	Deputado João Daniel	Propõe supressão do dispositivo que revoga o inciso VIII do art. 29 da Lei nº 10.683/03, que dispõe sobre a estrutura básica do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
106	Senador Cássio Cunha Lima	Propõe a alteração em dispositivos que tratam das atribuições do Ministério da Justiça e Cidadania com o objetivo de evitar a denominação de mulheres e negros pelo termo “minoria”.
107	Deputado Celso Pansera	Propõe o retorno do Ministério da Cultura.
108	Deputado Ságuas Moraes	Propõe a inclusão do Conselho Nacional de Política Indigenista na estrutura básica do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.
109	Deputado Ságuas Moraes	Propõe a inclusão do Conselho Nacional de Política Indigenista na estrutura básica do Ministério da Justiça e Cidadania.
110	Deputado Ságuas Moraes	Propõe ajuste de atribuição do Ministério da Educação e Cultura, que passa a <i>assistir ao MDSA no processo de delimitação das terras quilombolas</i> .
111	Deputado Chico D'Angelo	Atribui à Fundação Cultural Palmares em conjunto com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA a competência para realização da delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como determinação de suas demarcações, que serão homologadas mediante decreto;
112	Deputado Carlos Zaratiní	Propõe nova redação para o dispositivo que dispõe sobre as atribuições do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. A MP 726/16 cometeu um equívoco, repetindo para esse Ministério as mesmas competências do Ministério da Indústria, Comércio e Serviços, porém, em edição retificada da referida MP (publicada em 19/05/16), o equívoco foi reparado.
113	Deputado Carlos Zaratiní	Propõe a transferência da competência relativa ao gerenciamento de crises, em caso de grave e iminente ameaça à estabilidade institucional, da Secretaria de Governo para o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; e a supressão da coordenação das atividades de inteligência federal da Secretaria de Governo.



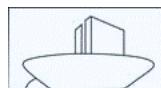
114	Deputado Carlos Zaratini	Propõe a transferência da competência relativa à política de apoio à microempresa, à empresa de porte e ao artesanato, da Secretaria de Governo da Presidência da República para o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Parece tratar-se de transferência equivocada, uma vez que, segundo a justificativa, a intenção do autor da emenda seria a transferência para o Ministério da Indústria, Comércio e Serviços. A referência ao “inciso IX do § 2º do art. 3º da Lei nº 10.683/03” também parece equivocada, pois destoa da justificativa.
115	Deputado Carlos Zaratini	Propõe a recriação do Ministério da Previdência Social, porém apresenta erro formal, uma vez que tenta restabelecer dispositivos revogados pela Lei nº 13.266/16 (inciso XVIII dos arts. 25, 27 e 29 da Lei nº 10.683/03).
116	Deputado Carlos Zaratini	Propõe o retorno do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.
117	Deputado Carlos Zaratini	Propõe o retorno do Ministério da Cultura.
118	Deputado Carlos Zaratini	Propõe: 1) a supressão dos dispositivos que criam e estruturam o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle; 2) o retorno da Controladoria-Geral da União.
119	Senador Telmário Mota	Propõe a supressão do dispositivo que transfere a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão com o objetivo de manter essas entidades vinculadas ao Ministério da Fazenda.
120	Senador Paulo Rocha	Propõe o retorno do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.
121	Senador Paulo Rocha	Propõe o retorno do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
122	Senador Paulo Rocha	Propõe a supressão do dispositivo que transforma o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário;
123	Senador Paulo Rocha	Propõe a supressão do dispositivo que extinguiu o cargo de Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário.
124	Senador Paulo Rocha	Propõe o retorno do cargo de Ministro de Estado das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.
125	Senador Paulo Rocha	Propõe a supressão do dispositivo que transfere as atribuições do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos para o Ministério da Justiça e Cidadania.
126	Senador Paulo Rocha	Propõe a supressão do dispositivo que transfere as competências do Ministério do Desenvolvimento Agrário para o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário;
127	Senador Paulo Rocha	Propõe a supressão do dispositivo que transfere os órgãos e as entidades supervisionadas, no âmbito do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos para o Ministério da Justiça e Cidadania.
128	Senador Paulo Rocha	Propõe a supressão do dispositivo que transfere os órgãos e as entidades supervisionadas, no âmbito do Ministério do



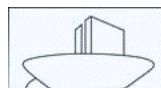
		Desenvolvimento Agrário para o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.
129	Senador Paulo Rocha	Propõe, na linha das emendas que objetivam o retorno do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a supressão do dispositivo que transforma o cargo de Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em cargo de Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Agrário.
130	Senador Paulo Rocha	Propõe, na linha das emendas que objetivam o retorno do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a supressão do dispositivo que transforma o cargo de Natureza Especial de Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em cargo de Natureza Especial de Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.
131	Senador Paulo Rocha	Propõe, na linha das emendas que objetivam o retorno do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a supressão do dispositivo que estabelece o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.
132	Senador Paulo Rocha	Ajuste necessário em decorrência da Emenda nº 120, que propõe o retorno do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.
133	Senador Paulo Rocha	Propõe o retorno do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
134	Senador Paulo Rocha	Propõe o retorno do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
135	Senador Paulo Rocha	Ajuste necessário em decorrência da Emenda nº 120, que propõe o retorno do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.
136	Senador Paulo Rocha	Ajuste necessário em decorrência da Emenda nº 120, que propõe o retorno do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.
137	Senador Paulo Rocha	Propõe a extinção do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário para permitir, por meio de outras emendas, o retorno dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Ministério do Desenvolvimento Social.
138	Senador Paulo Rocha	Propõe o retorno do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
139	Senador Paulo Rocha	Propõe a extinção do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário para permitir, por meio de outras emendas, o retorno dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Ministério do Desenvolvimento Social.
140	Senador Paulo Rocha	Propõe o retorno do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
141	Senador Paulo Rocha	Propõe, equivocadamente, a supressão do inciso VIII do art. 29 da Lei nº 10.683/03, pois tal dispositivo já havia sido revogado pela MP 726/16.
142	Senador Paulo Rocha	Ajuste necessário em decorrência da Emenda nº 120, que propõe o retorno do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.



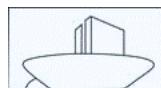
143	Senador Paulo Rocha	Ajuste necessário em decorrência da Emenda nº 120, que propõe o retorno do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.
144	Senador Paulo Rocha	Ajuste necessário em decorrência da Emenda nº 120, que propõe o retorno do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.
145	Deputada Jô Moraes	Propõe que a política nacional de saúde seja “direcionada ao fortalecimento e à ampliação do SUS”.
146	Deputada Jô Moraes	Propõe a inclusão da expressão “de gênero” para qualificar o planejamento da ação governamental que vise a promoção da igualdade entre mulheres e homens.
147	Deputado João Daniel	Propõe o retorno do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
148	Deputado Davidson Magalhães	Propõe: 1) a supressão dos dispositivos que criam e estruturam o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle; 2) o retorno da Controladoria-Geral da União.
149	Deputado Davidson Magalhães	Propõe o retorno do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
150	Deputado Davidson Magalhães	Propõe o retorno do Ministério da Cultura.
151	Deputado Davidson Magalhães	Propõe o retorno do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.
152	Deputado Davidson Magalhães	Propõe o retorno do Ministério do Trabalho e Previdência Social.
153	Senador José Pimentel	Propõe nova redação para o dispositivo que dispõe sobre as atribuições do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. A MP 726/16 cometeu um equívoco, repetindo para esse Ministério as mesmas competências do Ministério da Indústria, Comércio e Serviços, porém, em edição retificada da referida MP (publicada em 19/05/16), o equívoco foi reparado.
154	Senador José Pimentel	Propõe a transferência da competência relativa à política de apoio à microempresa, à empresa de porte e ao artesanato, da Secretaria de Governo da Presidência da República para o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Parece tratar-se de transferência equivocada, uma vez que, segundo a justificativa, a intenção do autor da emenda seria a transferência para o Ministério da Indústria, Comércio e Serviços. A referência ao “inciso IX do § 2º do art. 3º da Lei nº 10.683/03” também parece equivocada, pois destoa da justificativa.
155	Deputada Jandira Feghali	Propõe o retorno do Ministério do Trabalho e Previdência Social.
156	Deputada Jandira Feghali	Propõe que a política nacional de saúde seja “direcionada ao fortalecimento e à ampliação do SUS”.
157	Deputada Jandira Feghali	Propõe a inclusão da expressão “de gênero” para qualificar o planejamento da ação governamental que vise a promoção da igualdade entre mulheres e homens.
158	Deputada Jandira Feghali	Propõe o retorno do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
159	Deputada Jandira Feghali	Propõe o retorno do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.



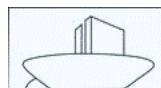
160	Deputada Jandira Feghali	Propõe: 1) a supressão dos dispositivos que criam e estruturam o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle; 2) o retorno da Controladoria-Geral da União.
161	Deputada Jandira Feghali	Propõe o retorno do Ministério da Cultura.
162	Deputada Jandira Feghali	Ajuste necessário em decorrência da Emenda nº 161, que propõe o retorno do Ministério da Cultura.
163	Deputado Leônidas Cristina	Emenda substitutiva global
164	Deputado Paulo Teixeira	Propõe o retorno do Ministério da Cultura.
165	Deputado Paulo Teixeira	Propõe o retorno do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.
166	Deputado Paulo Teixeira	Propõe alteração na estrutura do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário com o objetivo de incluir uma secretaria em caráter extraordinário, para coordenar, normatizar e supervisionar o processo de regularização fundiária de áreas rurais na Amazônia Legal.
167	Deputado Paulo Teixeira	Propõe a supressão do dispositivo da MP 726/16 que transfere entidades ligadas à Previdência para o Ministério da Fazenda, bem como, demais alterações da estrutura desse Ministério.
168	Deputado Paulo Teixeira	Propõe o retorno do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
169	Deputado Paulo Teixeira	Propõe nova redação para o dispositivo que dispõe sobre as atribuições do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. A MP 726/16 cometeu um equívoco, repetindo para esse Ministério as mesmas competências do Ministério da Indústria, Comércio e Serviços, porém, em edição retificada da referida MP (publicada em 19/05/16), o equívoco foi reparado.
170	Deputado Arnaldo Faria de Sá	Propõe ajustes nas competências do Ministério da Fazenda relativas à Previdência Social.
171	Deputado Enio Verri	Tem por objetivo a retomada das estruturas originais do “Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior”, que foram transferidas para o “Ministério das Relações Exteriores”.
172	Deputado Enio Verri	Propõe o retorno do Ministério das Comunicações, desincorporando-o do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.
173	Deputado Enio Verri	Propõe a substituição da expressão “mulheres e homens” pela expressão “de gênero” para qualificar o planejamento da ação governamental que vise a promoção da igualdade entre os cidadãos.
174	Deputado Enio Verri	Propõe a supressão do dispositivo que transformou o cargo de Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior em cargo de Ministro de Estado da Indústria, Comércio e Serviços.
175	Deputado Enio Verri	Propõe a supressão dos dispositivos que transformaram o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior em Ministério da Indústria, Comércio e Serviços.
176	Deputado Enio Verri	Propõe a supressão de dispositivo com o objetivo de restaurar a competência de delimitação e demarcação de terras dos



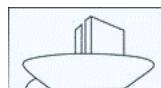
		remanescentes das comunidades dos quilombos para a Fundação Palmares, que segundo a MP 726/16 está na competência do Ministério da Educação e Cultura.
177	Deputado Enio Verri	Propõe o retorno do Ministério do Trabalho e Previdência Social.
178	Deputado Enio Verri	Propõe o retorno do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.
179	Deputado Enio Verri	Propõe a supressão do dispositivo que transferiu o INSS para o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.
180	Deputado Enio Verri	Propõe alteração na estrutura do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário com o objetivo de incluir uma secretaria em caráter extraordinário, para coordenar, normatizar e supervisionar o processo de regularização fundiária de áreas rurais na Amazônia Legal.
181	Deputado Enio Verri	Propõe a supressão do dispositivo da MP 726/16 que transfere entidades ligadas à Previdência para o Ministério da Fazenda, bem como, demais alterações da estrutura desse Ministério.
182	Deputado Enio Verri	Propõe o retorno do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
183	Deputado Enio Verri	Propõe a supressão dos principais artigos da MP 726/16, o que representa, na prática, a revogação total da Medida Provisória.
184	Senador Telmário Mota	Propõe a supressão do dispositivo que transfere a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão com o objetivo de manter essas entidades vinculadas ao Ministério da Fazenda.
185	Deputado Enio Verri	Completa a Emenda nº 183, do mesmo autor, que objetiva a revogação total da MP 726/16.
186	Deputado Enio Verri	Propõe o retorno do Ministério da Cultura.
187	Deputado Enio Verri	Objetiva o retorno da Casa Militar da Presidência da República, que a MP 726/16 extinguiu, criando o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.
188	Deputado Enio Verri	Objetiva o retorno da Casa Militar da Presidência da República, que a MP 726/16 extinguiu, criando o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.
189	Deputado Enio Verri	Objetiva o retorno da Casa Militar da Presidência da República, que a MP 726/16 extinguiu, criando o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.
190	Deputado Enio Verri	Objetiva o retorno da Casa Militar da Presidência da República, que a MP 726/16 extinguiu, criando o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.
191	Deputado Enio Verri	Objetiva o retorno da Casa Militar da Presidência da República, que a MP 726/16 extinguiu, criando o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.
192	Deputado Enio Verri	Objetiva o retorno da Casa Militar da Presidência da República, que a MP 726/16 extinguiu, criando o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.



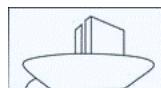
193	Deputado Enio Verri	Objetiva o retorno da Casa Militar da Presidência da República, que a MP 726/16 extinguiu, criando o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.
194	Deputado Enio Verri	Objetiva o retorno da Casa Militar da Presidência da República, que a MP 726/16 extinguiu, criando o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.
195	Deputado Enio Verri	Especifica atribuições do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle com vistas a retomar as competências da CGU. (Obs.: O texto da emenda faz referência à CGU, que foi extinta pela MP 726/16).
196	Deputado Enio Verri	Propõe a supressão das competências do Ministério da Justiça e Cidadania relativas às políticas para a promoção da igualdade racial.
197	Deputado Enio Verri	Propõe a transferência da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.
198	Deputado Enio Verri	Atribui à Fundação Cultural Palmares em conjunto com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA a competência para realização da delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como determinação de suas demarcações, que serão homologadas mediante decreto;
199	Deputado Enio Verri	Propõe o retorno do Ministério dos Transportes, separado das Secretarias dos Portos e da Aviação Civil.
200	Deputado Enio Verri	Propõe a supressão dos dispositivos que criam e estruturam o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle, com a intenção de retornar as atribuições daquele órgão para a Controladoria-Geral da União. (Obs.: a Emenda 200 não supriu o dispositivo que extinguiu a CGU)
201	Deputado Enio Verri	Propõe o retorno do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
202	Deputado Enio Verri	Tem por objetivo a separação do Ministério do Desenvolvimento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Social.
203	Deputado Enio Verri	Propõe o retorno do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
204	Deputado Enio Verri	Propõe o retorno do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
205	Deputado Enio Verri	Propõe o retorno do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
206	Deputado Enio Verri	Tem por objetivo a separação do Ministério do Desenvolvimento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Social.
207	Deputado Enio Verri	Tem por objetivo a separação do Ministério do Desenvolvimento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Social.
208	Deputado Enio Verri	Tem por objetivo a separação do Ministério do Desenvolvimento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Social.



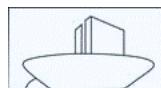
209	Deputado Enio Verri	Tem por objetivo a separação do Ministério do Desenvolvimento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Social.
210	Deputado Enio Verri	Propõe supressão dos dispositivos que dispõem sobre as atribuições do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. A MP 726/16 cometeu um equívoco, repetindo para esse Ministério as mesmas competências do Ministério da Indústria, Comércio e Serviços, porém, em edição retificada da referida MP (publicada em 19/05/16), o equívoco foi reparado.
211	Deputado Enio Verri	Propõe o retorno do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
212	Deputado Enio Verri	Tem por objetivo a separação do Ministério do Desenvolvimento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Social.
213	Deputado Enio Verri	Tem por objetivo a separação do Ministério do Desenvolvimento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Social.
214	Deputado Enio Verri	Propõe o retorno do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
215	Deputado Enio Verri	Tem por objetivo a separação do Ministério do Desenvolvimento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Social.
216	Deputado André Figueiredo	Propõe o retorno do Ministério das Comunicações, desincorporando-o do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.
217	Senadora Vanessa Grazziotin	Propõe o retorno do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.
218	Senadora Vanessa Grazziotin	Propõe o retorno do Ministério da Cultura.
219	Deputado Daniel Almeida	Propõe o retorno do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
220	Deputado Daniel Almeida	Propõe: 1) a supressão dos dispositivos que criam e estruturam o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle; 2) o retorno da Controladoria-Geral da União.
221	Deputado Daniel Almeida	Propõe o retorno do Ministério da Cultura.
222	Deputado Daniel Almeida	Propõe que a política nacional de saúde seja “direcionada ao fortalecimento e à ampliação do SUS”.
223	Deputado Daniel Almeida	Propõe o retorno do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.
224	Deputado Daniel Almeida	Propõe a inclusão da expressão “de gênero” para qualificar o planejamento da ação governamental que vise a promoção da igualdade entre mulheres e homens.
225	Deputado Daniel Almeida	Propõe o retorno do Ministério do Trabalho e Previdência Social.
226	Deputado Pompeo de Mattos	Propõe o retorno do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
227	Deputado Daniel Almeida	Propõe o retorno do Ministério do Trabalho e Previdência Social.
228	Deputado Reginaldo Lopes	Propõe o retorno do Ministério da Cultura.



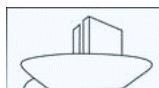
229	Deputado Reginaldo Lopes	Propõe o retorno do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.
230	Deputada Margarida Salomão	Propõe o retorno do Ministério da Cultura.
231	Deputada Margarida Salomão	Propõe o retorno do Ministério das Comunicações, desincorporando-o do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.
232	Deputado Renato Molling	Propõe o retorno da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX, alocada pela MP na estrutura da Presidência da República, para a estrutura básica do Ministério da Indústria, Comércio e Serviços.
233	Senador Romário	Propõe o retorno do Ministério da Cultura.
234	Deputada Erika Kokay	Propõe substituir a expressão "mulheres e homens" por "gêneros", no art. 27, VIII, r, 2, da Lei 10.683/03.
235	Deputada Erika Kokay	Propõe manter as competências do Ministério do Desenvolvimento Social como na redação original da Lei 10.683/03, acrescentando duas alíneas.
236	Deputada Angela Albino	Propõe a manutenção do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, segundo a justificativa, embora alguns dos dispositivos suprimidos não façam qualquer sentido.
237	Deputada Angela Albino	Propõe o retorno do Ministério da Cultura.
238	Deputada Angela Albino	Propõe a supressão dos dispositivos que criam e estruturam o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle e o retorno da Controladoria-Geral da União.
239	Deputada Angela Albino	Propõe manter as competências do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário como na redação original da Lei 10.683/03, porém acrescentando as duas alíneas relativas ao Desenvolvimento Agrário.
240	Deputada Angela Albino	Propõe manter o Ministério do Trabalho e Previdência Social como antes, retornando a ele as competências e órgãos relacionados à previdência social transferidos aos demais Ministérios.
241	Deputada Angela Albino	Propõe a manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
242	Deputado Paulo Teixeira	Propõe retorno à estrutura anterior, mantendo em Pastas separadas o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e o Ministério das Comunicações.
243	Senador Paulo Paim	Propõe o retorno do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.
244	Senador Paulo Paim	Propõe a correção de competências confusas entre a Secretaria de Governo da Presidência da República e o Gabinete de Segurança Institucional. Tais correções, no entanto, já foram efetuadas no texto retificado da MP.
245	Senador Paulo Paim	Propõe manter as competências do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário como na redação original da Lei 10.683/03, porém acrescentando as duas alíneas relativas ao Desenvolvimento Agrário.



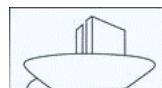
246	Senador Paulo Paim	Propõe a supressão dos dispositivos que criam e estruturam o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle e, consequentemente, o retorno da Controladoria-Geral da União.
247	Senador Paulo Paim	Propõe percentuais de cargos em comissão da Administração Pública Federal a serem preenchidos por servidores de carreira, titulares de cargos efetivos.
248	Senador Paulo Paim	Propõe a inclusão de alínea no inciso VIII do art. 27 da Lei 10.683/03 dispendo sobre a coordenação da política nacional de direitos humanos como competência do Ministério da Justiça e Cidadania.
249	Senador Paulo Paim	Propõe regra para permitir aos ministérios que tenham absorvidos órgãos ou competências atribuídas a órgãos da Presidência da República até a data de publicação da MP 696/15, transformada na Lei 13.266/16, que extinguiu e transformou cargos públicos e alterou a Lei 10.683/03, a qual dispôs sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.
250	Senador Paulo Paim	Propõe a revogação de dispositivos e o acréscimo de outros na Lei 10.683/03 para dispor sobre a manutenção, na estrutura do Ministério da Indústria, Comércio e Serviços, da estrutura da Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa e respectiva competência.
251	Senador Paulo Paim	Propõe manter o Ministério do Trabalho e Previdência Social como antes, retornando a ele as competências e órgãos relacionados à previdência social transferidos aos demais Ministérios.
252	Senador Paulo Paim	Propõe a manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
253	Senador Paulo Paim	Propõe a inclusão da Escola Nacional de Inspeção do Trabalho - Enit na estrutura básica do Ministério do Trabalho e inclui artigo na MP dispendo sobre a escola.
254	Senador Paulo Paim	Propõe a inclusão da Secretaria Especial da Pesca e Aquicultura na estrutura básica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
255	Senador Paulo Paim	Propõe a supressão dos dispositivos que transferem a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos – APEX para o Ministério das Relações Exteriores e a Câmara de Comércio Exterior – CAMEX para a Presidência da República.
256	Senador Paulo Paim	Propõe a inclusão de regra na Lei 8.112/90 dispendo sobre a licença para desempenho de mandato classista.
257	Senador Paulo Paim	Propõe o retorno do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.
258	Senador Paulo Paim	Propõe a recriação do Ministério da Previdência Social, porém apresenta erro formal, uma vez que tenta restabelecer dispositivos revogados pela Lei nº 13.266/16 (inciso XVIII dos arts. 25, 27 e 29 da Lei nº 10.683/03).



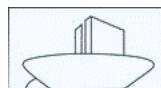
259	Senador Paulo Paim	Propõe a manutenção do Ministério do Trabalho e Previdência em Pasta única.
260	Deputado Afonso Florence	Propõe manter a estrutura anterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
261	Deputado Afonso Florence	Propõe substituir a expressão "mulheres e homens" por "gêneros", no art. 27, VIII, r, 2, da Lei 10.683/03.
262	Deputado Afonso Florence	Propõe a manutenção da denominação do cargo de Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
263	Deputado Afonso Florence	Propõe manter a estrutura básica do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior anterior à MP, apenas alterando sua denominação para Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.
264	Deputado Afonso Florence	Propõe manter como antes, separados, o Ministério dos Transportes, a Secretaria de Portos e a Secretaria de Aviação Civil.
265	Deputado Afonso Florence	Propõe manter no Ministério da Educação e Cultura a competência de delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, porém atribuindo-a à Fundação Cultural Palmares em conjunto com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. A questão foi sanada pela MP 728/16.
266	Deputado Afonso Florence	Propõe transferir a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES para o Ministério da Indústria, Comércio e Serviços em lugar do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
267	Deputado Afonso Florence	Propõe retomar as competências da antiga CGU para o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle.
268	Deputado Afonso Florence	Propõe suprimir das competências do Ministério da Justiça e Cidadania as atribuições relativas à promoção da igualdade racial.
269	Deputado Afonso Florence	Propõe que não seja criado, na Presidência da República, o Gabinete de Segurança Institucional, mantendo-se, por consequência, a Casa Militar.
270	Deputado Afonso Florence	Propõe retorno à estrutura anterior, mantendo em Pastas separadas o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e o Ministério das Comunicações.
271	Deputado Afonso Florence	Propõe a manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
272	Deputado Afonso Florence	Propõe retomar a estrutura básica do Ministério do Desenvolvimento Agrário anterior à edição da MP.
273	Deputado Afonso Florence	Propõe a manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
274	Deputado Afonso Florence	Propõe a manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.



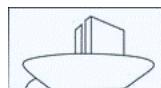
275	Deputado Afonso Florence	Propõe a manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
276	Deputado Afonso Florence	Propõe manter o Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
277	Deputado Afonso Florence	Propõe a manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
278	Deputado Afonso Florence	Propõe que não seja criado, na Presidência da República, o Gabinete de Segurança Institucional, mantendo-se, por consequência, a Casa Militar.
279	Deputado Afonso Florence	Propõe que não seja criado, na Presidência da República, o Gabinete de Segurança Institucional, mantendo-se, por consequência, a Casa Militar.
280	Deputado Afonso Florence	Propõe que não seja criado, na Presidência da República, o Gabinete de Segurança Institucional, mantendo-se, por consequência, a Casa Militar.
281	Deputado Afonso Florence	Propõe suprimir os artigos 1º a 8º da MP, que tratam da extinção, criação e transformação de Ministérios e cargos.
282	Deputado Afonso Florence	Propõe a manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
283	Deputado Afonso Florence	Propõe manter o Ministério do Trabalho e Previdência Social como antes, retornando a ele as competências e órgãos relacionados à previdência social transferidos aos demais Ministérios.
284	Deputado Afonso Florence	Propõe alteração na estrutura do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário com o objetivo de incluir uma secretaria em caráter extraordinário para coordenar, normatizar e supervisionar o processo de regularização fundiária de áreas rurais na Amazônia Legal.
285	Deputado Afonso Florence	Propõe sustar a transferência do INSS para o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.
286	Deputado Afonso Florence	Propõe manter o Ministério do Trabalho e Previdência Social como antes, retornando a ele as competências e órgãos relacionados à previdência social transferidos aos demais Ministérios.
287	Deputado Afonso Florence	Propõe o retorno do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.
288	Deputado Afonso Florence	Propõe a manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
289	Deputado Afonso Florence	Propõe sustar as alíneas que discriminam as competências do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, nitidamente erradas. A correção já foi efetuada na retificação do texto da MP.
290	Deputado Afonso Florence	Propõe a transformação do cargo de Natureza Especial de Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em cargo de Natureza Especial de



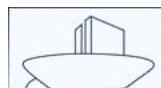
		Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento Social.
291	Deputado Afonso Florence	Propõe retomar a estrutura básica do Ministério do Desenvolvimento Agrário anterior à edição da MP.
292	Deputado Afonso Florence	Propõe a manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
293	Deputado Afonso Florence	Propõe a manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
294	Deputado Afonso Florence	Propõe manter as competências do Ministério do Desenvolvimento Agrário na forma anterior à MP, separado do Ministério do Desenvolvimento Social.
295	Deputado Afonso Florence	Propõe a manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
296	Deputado Afonso Florence	Propõe a supressão de dispositivo com o objetivo de restaurar a competência de delimitação e demarcação de terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos para a Fundação Palmares, que segundo a MP 726/16 está na competência do Ministério da Educação e Cultura. A questão foi resolvida pela retificação da MP.
297	Deputado Afonso Florence	Propõe suprimir a transferência da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF e do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES para o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
298	Deputado Afonso Florence	Propõe suprimir os artigos que revogam dispositivos da Lei 10.683/03 e da MP 717/16.
299	Deputado Afonso Florence	Propõe o retorno do Ministério da Cultura.
300	Deputado Afonso Florence	Propõe que não seja criado, na Presidência da República, o Gabinete de Segurança Institucional, mantendo-se, por consequência, a Casa Militar.
301	Deputado Afonso Florence	Propõe que não seja criado, na Presidência da República, o Gabinete de Segurança Institucional, mantendo-se, por consequência, a Casa Militar.
302	Deputado Afonso Florence	Propõe que não seja criado, na Presidência da República, o Gabinete de Segurança Institucional, mantendo-se, por consequência, a Casa Militar.
303	Deputado Afonso Florence	Propõe que não seja criado, na Presidência da República, o Gabinete de Segurança Institucional, mantendo-se, por consequência, a Casa Militar.
304	Deputado Beto Faro	Propõe a manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
305	Deputado Beto Faro	Propõe retomar a estrutura básica do Ministério do Desenvolvimento Agrário anterior à edição da MP.



306	Deputado Beto Faro	Propõe reduzir a estrutura básica do Ministério do Desenvolvimento Social, desvinculando a parte relativa ao Desenvolvimento Agrário.
307	Deputado Beto Faro	Propõe a manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
308	Deputado Beto Faro	Propõe sustar as alíneas que discriminam as competências do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, nitidamente erradas, porém a correção já foi efetuada na retificação do texto da MP.
309	Deputado Beto Faro	Propõe a manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
310	Deputado Beto Faro	Propõe a manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
311	Deputado Beto Faro	Propõe manter o Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
312	Deputado Beto Faro	Propõe a manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
313	Deputado Beto Faro	Propõe a manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
314	Deputado Beto Faro	Propõe a manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
315	Deputado Beto Faro	Propõe a manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
316	Deputado Beto Faro	Propõe a manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
317	Deputado Beto Faro	Propõe a transformação do cargo de Natureza Especial de Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em cargo de Natureza Especial de Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento Social.
318	Deputado Beto Faro	Propõe a manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
319	Deputado Assis do Couto	Propõe a manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
320	Deputado Assis do Couto	Propõe corrigir as alíneas que discriminam as competências do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, nitidamente erradas, porém a correção já foi efetuada na retificação do texto da MP. Acrescenta, ainda, competências relativas ao desenvolvimento agrário, embora mantenha a



		denominação de Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
321	Deputada Cristiane Brasil	Propõe a criação, no Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle, dos cargos de Analista Federal de Controle Interno, de nível superior, e de Técnico Federal de Controle Interno, de nível médio.
322	Deputado Weverton Rocha	Propõe a manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
323	Deputado Weverton Rocha	Propõe a manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
324	Deputado Weverton Rocha	Propõe novo texto para a competência do Ministério da Educação e Cultura relacionada ao apoio prestado a outros órgãos nas questões relativas à regularização fundiária.
325	Senador Walter Pinheiro	Propõe a revogação dos dispositivos que transferem a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos – APEX para o Ministério das Relações Exteriores e a Câmara de Comércio Exterior – CAMEX para a Presidência da República.
326	Deputada Maria do Rosário	Propõe a manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
327	Deputada Maria do Rosário	Propõe o retorno do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.
328	Deputada Maria do Rosário	Propõe a manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
329	Deputada Maria do Rosário	Propõe a manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
330	Deputada Maria do Rosário	Propõe suprimir os artigos 1º a 8º da MP, que tratam da extinção, criação e transformação de Ministérios e cargos.
331	Deputada Maria do Rosário	Propõe substituir a expressão "mulheres e homens" por "gêneros", no art. 27, VIII, r, 2, da Lei 10.683/03.
332	Deputada Maria do Rosário	Propõe retomar as competências da antiga CGU para o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle.
333	Deputada Maria do Rosário	Propõe a manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
334	Deputada Maria do Rosário	Propõe suprimir os artigos que revogam dispositivos da Lei 10.683/03 e da MP 717/16.
335	Deputado Orlando Silva	Propõe manter o Ministério do Trabalho e Previdência Social como antes, retornando a ele as competências e órgãos relacionados à previdência social transferidos aos demais Ministérios.
336	Senadora Regina Sousa	Propõe substituir a expressão "mulheres e homens" por "gêneros", no art. 27, VIII, r, 2, da Lei 10.683/03.
337	Senadora Regina Sousa	Propõe a inclusão de alínea no inciso VIII do art. 27 da Lei 10.683/03 dispondo sobre a coordenação da política nacional



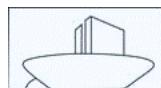
		de direitos humanos como competência do Ministério da Justiça e Cidadania.
338	Deputada Maria do Rosário	Propõe o retorno do Ministério da Cultura.
339	Deputada Maria do Rosário	Propõe sustar a transferência do INSS para o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.
340	Deputada Maria do Rosário	Propõe o retorno do Ministério do Trabalho e Previdência Social e a sustação do art. 9º da MP, o qual extingue e transfere cargos.
341	Deputada Maria do Rosário	Propõe a manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
342	Deputado Ivan Valente	Propõe o retorno do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.
343	Deputado Ivan Valente	Propõe a supressão dos dispositivos que criam e estruturam o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle e o retorno da Controladoria-Geral da União.
344	Deputado Ivan Valente	Propõe o retorno do Ministério da Cultura.
345	Deputada Maria do Rosário	Propõe alteração na estrutura do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário com o objetivo de incluir uma secretaria em caráter extraordinário para coordenar, normatizar e supervisionar o processo de regularização fundiária de áreas rurais na Amazônia Legal.
346	Senador Randolfe Rodrigues	Propõe a retirada da Defensoria Pública da União da estrutura básica do Ministério da Justiça e Cidadania.
347	Deputada Maria do Rosário	Propõe a manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
348	Deputada Maria do Rosário	Propõe o retorno do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
349	Deputada Maria do Rosário	Propõe a supressão dos dispositivos que criam e estruturam o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle e, consequentemente, o retorno da Controladoria-Geral da União.
350	Deputada Maria do Rosário	Propõe a supressão de dispositivo com o objetivo de restaurar a competência de delimitação e demarcação de terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos para a Fundação Palmares, que segundo a MP 726/16 está na competência do Ministério da Educação e Cultura. A questão foi resolvida pela retificação da MP.
351	Deputada Maria do Rosário	Propõe suprimir das competências do Ministério da Justiça e Cidadania as atribuições relativas à promoção da igualdade racial.
352	Deputada Maria do Rosário	Propõe manter no Ministério da Educação e Cultura a competência de delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, porém atribuindo-a à Fundação Cultural Palmares em conjunto com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. A questão foi sanada pela MP 728/16.



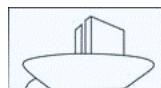
353	Deputada Maria do Rosário	Propõe substituir a expressão "mulheres e homens" por "gêneros", no art. 27, VIII, r, 2, da Lei 10.683/03.
354	Deputada Maria do Rosário	Propõe sustar as alíneas que discriminam as competências do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, nitidamente erradas, porém a correção já foi efetuada na retificação do texto da MP.
355	Deputado Paulão	Propõe o retorno do Ministério da Cultura.
356	Deputado Lelo Coimbra	Propõe manter o Ministério do Trabalho e Previdência Social como antes, retornando a ele as competências e órgãos relacionados à previdência social transferidos aos demais Ministérios.
357	Deputado Lelo Coimbra	Propõe a inclusão da Escola Nacional de Inspeção do Trabalho - Enit na estrutura básica do Ministério do Trabalho e inclui artigo na MP dispondo sobre a escola.
358	Deputado Lelo Coimbra	Propõe manter o Ministério do Trabalho e Previdência Social como antes, retornando a ele as competências e órgãos relacionados à previdência social transferidos aos demais Ministérios, e inclui artigos na MP dispondo sobre a transformação da Secretaria de Inspeção do Trabalho em Secretaria de Inspeção do Trabalho e Previdência Social e da Carreira de Auditoria-Fiscal do Trabalho em Carreira de Auditoria-Fiscal do Trabalho e Previdência Social, bem como a possibilidade de opção dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil lotados no Ministério da Previdência Social ou na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC pela Carreira de Auditoria-Fiscal do Trabalho e Previdência Social.
359	Deputado Vicente Cândido	Propõe sustar as alíneas que discriminam as competências do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, nitidamente erradas, porém a correção já foi efetuada na retificação do texto da MP.
360	Deputado Vicente Cândido	Propõe a supressão dos dispositivos que criam e estruturam o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle e, consequentemente, o retorno da Controladoria-Geral da União.
361	Deputado Vicente Cândido	Propõe a supressão dos dispositivos que criam e estruturam o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle e, consequentemente, o retorno da Controladoria-Geral da União.
362	Deputado Vicente Cândido	Propõe o retorno do Ministério da Cultura.
363	Deputado Vicente Cândido	Propõe a supressão de dispositivo com o objetivo de restaurar a competência de delimitação e demarcação de terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos para a Fundação Palmares, que segundo a MP 726/16 está na competência do Ministério da Educação e Cultura. A questão foi resolvida pela retificação da MP.
364	Deputado Leo de Brito	Propõe manter o Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.



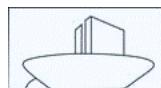
365	Deputado Leo de Brito	Propõe manter o Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
366	Deputado Leo de Brito	Propõe manter o Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
367	Deputado Leo de Brito	Propõe a manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
368	Deputado Leo de Brito	Propõe manter o Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
369	Deputado Vicentinho Júnior	Propõe a ampliação da estrutura básica do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, de três para cinco secretarias, o que já foi corrigido na retificação da MP.
370	Senadora Fátima Bezerra	Propõe o retorno do Ministério da Cultura.
371	Senadora Fátima Bezerra	Propõe o retorno do Ministério da Cultura.
372	Senadora Fátima Bezerra	Propõe acrescentar a expressão "gênero", como objeto do planejamento, no art. 27, VIII, r, 2, da Lei 10.683/03, porém sem retirar a expressão "mulheres e homens" ao final do item 2.
373	Senadora Fátima Bezerra	Propõe a manutenção do Ministério da Educação em Pasta exclusiva, sem incorporar a Pasta da Cultura.
374	Senadora Fátima Bezerra	Propõe a inclusão de alínea no inciso VIII do art. 27 da Lei 10.683/03 dispondo sobre a coordenação da política nacional de direitos humanos como competência do Ministério da Justiça e Cidadania.
375	Senador Paulo Rocha	Propõe a inclusão de alínea no inciso VIII do art. 27 da Lei 10.683/03 dispondo sobre a coordenação da política nacional de direitos humanos como competência do Ministério da Justiça e Cidadania.
376	Senador Paulo Rocha	Propõe acrescentar a expressão "gênero", como objeto do planejamento, no art. 27, VIII, r, 2, da Lei 10.683/03, porém sem retirar a expressão "mulheres e homens" ao final do item 2.
377	Senador Paulo Rocha	Propõe a transferência da competência das ações de regularização fundiária das comunidades dos quilombos, do Ministério da Educação e Cultura para o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, definindo que ao primeiro caberá apenas a assistência e o acompanhamento das respectivas ações. A questão já foi corrigida na retificação da MP.
378	Senador Paulo Rocha	Propõe manter o Ministério do Trabalho e Previdência Social como antes, retornando a ele as competências e órgãos relacionados à previdência social transferidos aos demais Ministérios.
379	Senador Paulo Rocha	Propõe a manutenção do Ministério da Educação em Pasta exclusiva, sem incorporar a Pasta da Cultura.
380	Senador Paulo Rocha	Propõe o retorno do Ministério da Cultura.
381	Senador Paulo Rocha	Propõe o retorno do Ministério da Cultura.
382	Deputado Afonso Florence	Propõe a supressão dos dispositivos que criam e estruturam o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle e,



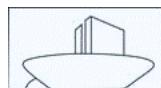
		consequentemente, o retorno da Controladoria-Geral da União.
383	Deputada Maria do Rosário	Propõe a manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
384	Deputado Paes Landim	Propõe a transferência das competências relativas às políticas de apoio à microempresa, à empresa de pequeno porte e ao artesanato, assim como dos órgãos e entidades supervisionadas, da Secretaria de Governo da Presidência da República para o Ministério da Indústria, Comércio e Serviços.
385	Deputado Rubens Pereira Júnior	Propõe a supressão dos dispositivos que criam e estruturam o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle e o retorno da Controladoria-Geral da União.
386	Deputado Rubens Pereira Júnior	Propõe o retorno do Ministério da Cultura.
387	Deputado Rubens Pereira Júnior	Propõe a manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
388	Deputado Rubens Pereira Júnior	Propõe manter o Ministério do Trabalho e Previdência Social como antes, retornando a ele as competências e órgãos relacionados à previdência social transferidos aos demais Ministérios.
389	Deputado Rubens Pereira Júnior	Propõe o retorno do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.
390	Deputado Paulo Pimenta	Propõe a supressão dos dispositivos que criam e estruturam o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle e o retorno da Controladoria-Geral da União.
391	Deputado Paulo Pimenta	Propõe o retorno do Ministério da Cultura.
392	Deputado Paulo Pimenta	Propõe o retorno do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.
393	Deputado Paulo Pimenta	Propõe a manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
394	Deputado Paulo Pimenta	Propõe o retorno do Ministério das Comunicações, desincorporando-o do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.
395	Deputado Paulo Pimenta	Propõe que não seja criado, na Presidência da República, o Gabinete de Segurança Institucional, mantendo-se, por consequência, a Casa Militar.
396	Deputado Paulo Pimenta	Propõe suprimir dispositivo que desloca do Ministério da Justiça para o Ministério da Justiça e Cidadania a competência para acompanhar as ações de saúde desenvolvidas em prol das comunidades indígenas.
397	Deputado Padre João	Propõe a supressão dos dispositivos que criam e estruturam o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle e, consequentemente, o retorno da Controladoria-Geral da União.
398	Deputado Padre João	Propõe substituir a expressão "mulheres e homens" por "gêneros", no art. 27, VIII, r, 2, da Lei 10.683/03.



399	Deputado Padre João	Propõe manter a estrutura básica do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior anterior à MP, apenas alterando sua denominação para Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.
400	Deputado Padre João	Propõe a supressão de dispositivo com o objetivo de restaurar a competência de delimitação e demarcação de terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos para a Fundação Palmares, que segundo a MP 726/16 está na competência do Ministério da Educação e Cultura. A questão foi resolvida pela retificação da MP.
401	Deputado Padre João	Propõe manter o Ministério do Trabalho e Previdência Social como antes, retornando a ele as competências e órgãos relacionados à previdência social transferidos aos demais Ministérios.
402	Deputado Padre João	Propõe o retorno do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.
403	Deputado Padre João	Propõe sustar a transferência do INSS para o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.
404	Deputado Padre João	Propõe alteração na estrutura do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário com o objetivo de incluir uma secretaria em caráter extraordinário para coordenar, normatizar e supervisionar o processo de regularização fundiária de áreas rurais na Amazônia Legal.
405	Deputado Padre João	Propõe manter o Ministério do Trabalho e Previdência Social como antes, retornando a ele as competências e órgãos relacionados à previdência social transferidos aos demais Ministérios.
406	Deputado Padre João	Propõe a manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
407	Deputado Padre João	Propõe suprimir os artigos 1º a 8º da MP, que tratam da extinção, criação e transformação de Ministérios e cargos.
408	Deputado Padre João	Propõe suprimir os artigos que revogam dispositivos da Lei 10.683/03 e da MP 717/16.
409	Deputado Padre João	Propõe o retorno do Ministério da Cultura.
410	Deputado Padre João	Propõe que não seja criado, na Presidência da República, o Gabinete de Segurança Institucional, mantendo-se, por consequência, a Casa Militar.
411	Deputado Padre João	Propõe que não seja criado, na Presidência da República, o Gabinete de Segurança Institucional, mantendo-se, por consequência, a Casa Militar.
412	Deputado Padre João	Propõe retomar as competências da antiga CGU para o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle.
413	Deputado Padre João	Propõe manter no Ministério da Educação e Cultura a competência de delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, porém atribuindo-a à Fundação Cultural Palmares em conjunto com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. A questão foi sanada pela MP 728/16.



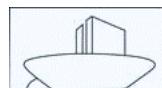
414	Deputado Padre João	Propõe a manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
415	Deputado Padre João	Propõe a manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
416	Deputado Padre João	Propõe a manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
417	Deputado Padre João	Propõe a manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
418	Deputado Padre João	Propõe a manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
419	Deputado Padre João	Propõe sustar as alíneas que discriminam as competências do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, nitidamente erradas, porém a correção já foi efetuada na retificação do texto da MP.
420	Deputado Padre João	Propõe a manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
421	Deputado Padre João	Propõe a transformação do cargo de Natureza Especial de Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em cargo de Natureza Especial de Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento Social.
422	Deputado Padre João	Propõe a manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
423	Deputado Padre João	Propõe manter o Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
424	Deputado Padre João	Propõe manter o Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
425	Deputado Padre João	Propõe manter o Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
426	Deputado Padre João	Propõe a manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
427	Deputado Padre João	Propõe manter o Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
428	Deputado Padre João	Propõe manter o Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
429	Deputado Padre João	Propõe suprimir das competências do Ministério da Justiça e Cidadania as atribuições relativas à promoção da igualdade racial.
430	Deputada Maria do Rosário	Propõe manter o Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
431	Senador Cidinho Santos	Propõe a modificação de diversos dispositivos para que sejam transferidas as competências, assim como os órgãos e



		entidades supervisionadas no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, para o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário aquelas relacionadas à reforma agrária, e para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aquelas relacionadas à promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares.
432	Senador Cidinho Santos	Propõe alteração nas competências do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário para absorver, além das competências originais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, também aquelas deslocadas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
433	Senador Humberto Costa	Propõe a supressão dos dispositivos que transferem a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos – APEX para o Ministério das Relações Exteriores e a Câmara de Comércio Exterior – CAMEX para a Presidência da República.
434	Senador Humberto Costa	Propõe o retorno do Ministério da Cultura e do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.
435	Deputado Alan Rick	Propõe modificação nos itens que tratam das competências do Ministério da Justiça e Cidadania no que diz respeito à formulação, coordenação, definição de diretrizes e articulação de políticas para as mulheres.
436	Deputada Erika Kokay	Propõe suprimir a transformação do Ministério da Educação em Ministério da Educação e Cultura, do Ministério do Trabalho e Previdência Social em Ministério do Trabalho, do Ministério da Justiça em Ministério da Justiça e Cidadania e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.
437	Deputada Erika Kokay	Propõe suprimir a extinção da Controladoria-Geral da União, do Ministério da Cultura, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos.
438	Deputada Erika Kokay	Propõe a manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
439	Deputada Erika Kokay	Propõe a manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
440	Deputada Erika Kokay	Propõe a manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
441	Deputada Erika Kokay	Propõe a manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
442	Deputada Erika Kokay	Propõe a manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.



443	Deputado José Guimarães	Propõe suprimir a extinção da Controladoria-Geral da União, do Ministério da Cultura, do Ministério das Comunicações e do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos.
444	Deputado José Guimarães	Propõe suprimir a extinção da Controladoria-Geral da União, do Ministério da Cultura, do Ministério das Comunicações e do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, bem como instituir, como órgãos integrantes da Presidência da República a Secretaria de Imprensa e a Secretaria de Comunicação e Publicidade.
445	Deputado Márcio Marinho	Propõe alterar a denominação do Ministério da Indústria, Comércio e Serviços para Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, e transferir para ele a Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A – NUCLEP, atualmente vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.
446	Deputado Márcio Marinho	Propõe suprimir a transferência do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
447	Deputado Márcio Marinho	Propõe o retorno da supervisão da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos – APEX para o Ministério da Indústria, Comércio e Serviços.
448	Deputado Márcio Marinho	Propõe a transferência da competência relativa às políticas de apoio à microempresa, à empresa de pequeno porte e ao artesanato, da Secretaria de Governo da Presidência da República para o Ministério da Indústria, Comércio e Serviços.
449	Deputado Márcio Marinho	Propõe o retorno da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX, alocada pela MP na estrutura da Presidência da República, para a estrutura básica do Ministério da Indústria, Comércio e Serviços.
450	Deputado Márcio Marinho	Propõe modificar a denominação do Ministério da Indústria, Comércio e Serviços para Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e suprimir a transferência do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos – APEX para o Ministério das Relações Exteriores. Propõe, ainda, a transferência, para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, da Secretaria de Micro e Pequena Empresa do Departamento de Registro Empresarial e Integração -DREI e da Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A – NUCLEP.
451	Senadora Kátia Abreu	Propõe a inclusão, nas competências do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da assistência técnica e extensão rural, e promove alterações no texto da Lei 12.897/13, que autorizou o Poder Executivo a instituir o serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER.



452	Senadora Kátia Abreu	Propõe regras relativas ao quantitativo máximo de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, bem como percentual para sua ocupação por servidores de carreira.
453	Senadora Kátia Abreu	Propõe estabelecer a regularização fundiária como competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
454	Senadora Kátia Abreu	Propõe incluir entre as competências do Ministério das Cidades as políticas setoriais, as ações e programas, as políticas de subsídio e o planejamento, regulação, normatização e gestão da aplicação de recursos em habitação rural.
455	Deputado Zé Carlos	Propõe a manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social em Pasta separada do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
456	Deputado Zé Carlos	Propõe o retorno do Ministério da Cultura.
457	Deputado Zé Carlos	Propõe manter o Ministério do Trabalho e Previdência Social como antes, retornando a ele as competências e órgãos relacionados à previdência social transferidos aos demais Ministérios.
458	Deputado Zé Carlos	Propõe a supressão dos dispositivos que criam e estruturam o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle e, consequentemente, o retorno da Controladoria-Geral da União.
459	Deputado Zé Carlos	Propõe o retorno do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.